

Conheça o novo Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, o SIGPBF

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou este mês o [Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família \(SIGPBF\)](#). A aplicação on-line está disponível no portal do MDS, substituindo a Central de Sistemas, o Sistema de Gestão Integrada (SGI) e o Sistema de Autorização e Solicitação de Formulários (Sasf). Implementado de forma gradativa, o novo sistema busca tornar mais ágil o processo de comunicação e acesso à informação dos gestores municipais, coordenadores estaduais, e conselheiros das Instâncias de Controle Social (ICS).

Neste momento, além dos aplicativos mencionados, também serão disponibilizados o Sistema de Condicionalidades (Sicon) e o Sistema de Adesão Municipal e Estadual, que permitirá o registro e controle das informações das Gestões Municipais e Coordenações Estaduais do PBF e Cadastro Único. Em breve, novos módulos serão disponibilizados no SIGPBF, como o Módulo de Controle Social, com o objetivo de acompanhar a atuação das ICSs de todo o país.

O Bolsa Família (PBF) adota um modelo de gestão compartilhada, em que a União, os estados e os municípios atuam de forma coordenada na gestão e fiscalização do Programa. Todos que acessarem o SIGPBF terão uma visão integrada da gestão do Bolsa Família em um único sistema. Para implantação do SIGPBF, o MDS fez a migração das informações cadastradas do SGI, inclusive daquelas relativas às ICS.

IMPORTANTE: Acesse o SIGPBF, confirme os dados e entre em contato com o gestor municipal para atualização e para a obtenção do login de acesso.

Para as ICS que foram designadas aos Conselhos de Assistência Social, os dados de cadastro são migrados do [CadSuas](#). Acesse o SIGPBF e confirme os dados. Para atualizações acesse o [CadSUAS](#).

[Guias de navegação](#) sobre o novo sistema são disponibilizados para os usuários na página inicial do SIGPBF, organizadas por aplicativos. Você poderá acessar as orientações de navegação e utilização de cada funcionalidade.

Saiba mais sobre a implantação do SIGPBF lendo o [Informe Gestor nº 241](#) e o [Informe Gestor nº 228](#).

Conhecendo ações pelo Brasil

Para aprimorar a gestão do PBF e do Cadastro Único, foi criado o Fórum Metropolitano do Programa Bolsa Família na região metropolitana de Belo Horizonte. Desde março de 2007, são debatidos no Fórum diversos temas relacionados ao Programa e trocadas experiências em busca de soluções aos desafios na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa

Família. O Fórum Metropolitano realiza encontros mensais que contam com a participação de 34 municípios e de representantes das áreas de governo estadual e federal.

É um espaço privilegiado de discussão, reflexão e tomada de decisões, a partir da ação dos técnicos responsáveis pela gestão do PBF. As discussões propostas visam aumentar a capacidade de resposta das gestões municipais frente à pobreza e desigualdade social e também estabelecer metas para organizar e integrar as ações das diversas secretarias municipais para incluir e promover as famílias mais pobres de cada município.

Dentro do fórum, foi criada nesse ano, uma Câmara Temática centrada no controle social. Além dos municípios, a câmara conta com a participação da Controladoria Geral da União (CGU).

As atividades da Câmara Temática integram-se ao trabalho das demais câmaras já instaladas (cadastro e benefício; condicionalidades e gestão) – e recebem mais de 150 pessoas, em média, a cada mês.

O Fórum Metropolitano fortalece o modelo de gestão do Programa Bolsa Família, que baseia-se na diretriz da intersetorialidade.



Para saber mais entre em contato com a secretaria Executiva do Fórum Metropolitano do PBF pelo email forummetropolitano@gmail.com ou pelo telefone (31) 88655015.

A prática inscrita pelo município de Belo Horizonte está registrada no [Observatório de Boas Práticas na Gestão do PBF](#), um espaço que tem por finalidade identificar, reunir e divulgar as boas práticas na gestão do PBF, desenvolvidas nos estados e nos municípios.

[Acesse](#) e conheça outras práticas de diferentes regiões do país.

Para incluir sua prática fale com o gestor municipal ou coordenador estadual, eles possuem senha para cadastrar novas práticas.

Fala Conselheiro!

“A portaria 754 do MDS, que altera a forma de repasse do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), menciona que a prestação de contas da utilização dos recursos deva ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Porém, não cita as Instâncias de Controle Social criadas para essa finalidade. No caso do meu município através de Decreto foi criado o Comitê Gestor do Programa Bolsa Família, que seria a ICS. De agora em diante passa a ser toda responsabilidade do Conselho Municipal? Nossa ICS, o Comitê Gestor será extinto?”

Fique atento!

A apreciação de contas do IGD-M é de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social, porque o repasse do recurso de apoio à gestão municipal é feito do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS). Assim, cabe ao Conselho de Assistência Social a prestação de contas do FMAS e do IGD-M. Isso não interfere no exercício das atribuições das Instâncias de Controle Social criadas exclusivamente para o acompanhamento do PBF.

Uma das maneiras das ICS exclusivas contribuírem com esse processo é no acompanhamento do planejamento da utilização dos recursos do IGD realizado pela gestão municipal. Os membros da ICS devem participar do processo, identificando as principais necessidades do município e apresentando propostas para a aplicação dos recursos. Além disso, é importante que a ICS avalie se o planejamento está sendo realizado de maneira intersetorial. A Portaria nº 754 garante às ICS que ao menos 3% dos recursos do IGD-M sejam aplicados nas atividades relacionadas ao controle social do PBF. Portanto, as Instâncias podem contribuir com esse processo apresentando o planejamento de suas ações e as respectivas necessidades para sua efetivação.

A ICS tem muito a contribuir para a definição das prioridades de aplicação dos recursos do IGD-M, embora exerça um papel consultivo nessas discussões. A parceria entre a ICS e o Conselho de Assistência Social no acompanhamento do planejamento e execução dos recursos do IGD-M é uma das estratégias recomendada para potencializar o alcance das ações no município.

Conheça a [Portaria nº 754](#), que determina que o município disponibilize à ICS do PBF e ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) o planejamento do uso dos recursos do IGD-M.

No exercício de 2010, o planejamento do IGD-M foi integrado ao Plano Municipal de Assistência Social, que será disponibilizado no [SuasWeb](#) pelo MDS. No exercício de 2011, o município deverá incluir as informações sobre o planejamento do uso dos recursos do IGD-M no SuasWeb.

Saiba mais no [Informe Controle Social nº 25](#) e [Informe Gestor nº 240](#).

Acompanhe a gestão do PBF!

- Encontro reuniu o MDS e parceiros para avaliação de conquistas e desafios do Programa de Cisternas, que tem contribuído para o combate à falta de água no Semiárido.

Acesse o material do encontro na página do [MDS](#).

O Programa de Cisternas tem contribuído de maneira decisiva para transformações no Semiárido brasileiro, principalmente para as famílias que precisam de acesso à água. A cisterna domiciliar é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva que escorre do telhado da casa para as calhas, caindo direto no reservatório, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros, supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas.

No encontro, foi anunciada a parceria do MDS com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid). A instituição vai investir R\$ 50 milhões na

construção de 12.978 novas cisternas. Serão 11.165 domiciliares, 1.080 para a produção de alimentos e 733 em escolas públicas.

Foram lançados ainda o Prêmio Mandacaru – Projetos e Práticas Inovadoras em Acesso à Água e Convivência com o Semiárido e o curso à distância do Programa Cisternas. O prêmio promove a produção científico-tecnológica e o desenvolvimento de práticas inovadoras e de sucesso na convivência solidária e sustentável na região. Já o curso à distância de Formação e Aperfeiçoamento em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido pretende qualificar 800 gestores públicos e lideranças sociais. A capacitação será oferecida em parceria com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e será ministrado de abril a novembro de 2011 e terá outra edição no mesmo período de 2012.

Acompanhe as notícias também junto ao [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional](#) (CONSEA).

➤ Estudo indica redução da desigualdade no Brasil

De acordo com o suplemento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é possível verificar que o quadro geral de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave) diminuiu de 27,2 milhões para 14,3 milhões de pessoas, resultando numa queda de 47%. Essa mudança é também explicada pelo contingente de pessoas que deixaram a extrema pobreza nos últimos cinco anos.

Veja a pesquisa na íntegra no site do [IBGE](#).

Exercendo o Controle Social!

Conheça alguns sites que podem ajudar na atuação das ICS. Eles acompanham as novidades do PBF, discutem temas diversos, disponibilizam material de apoio, textos de referência e fornecem diferentes dicas.



O [Portal de Controle Social de Sarandi](#) mantém atualizações sobre o PBF e disponibiliza diversas publicações, regulamentações e notícias de diferentes conselhos.



O site da [Rede de Direitos Humanos e Cultura \(DHNET\)](#) traz uma série de textos para estudo e debate da temática controle social como materiais de capacitação sobre Conselhos de Direitos no Brasil.

Dica de leitura



Leia a publicação do Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (Cidade) [“Desdobrando o Orçamento Municipal”](#) . É um material didático e bem elaborado que esclarece os principais componentes da elaboração do orçamento público municipal.



Buscando ainda reforçar esclarecimentos sobre a nova legislação que define a aprovação de contas do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social, recomendamos também a leitura da publicação do TCU, [Orientações para o Conselho da Área de Assistência Social](#), que dedica um capítulo ao Fundo Nacional de Assistência Social, repasse de recursos, aprovação de contas e outro capítulo às Instâncias de Controle Social e PBF.

Dica de acesso



O site do [Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia](#) foi elaborado por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e órgãos do governo federal com a finalidade de defender e propagar a incorporação da equidade de gênero e de cor/raça na gestão pública.

O programa envolve seis agências da ONU: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). Também fazem parte dois órgãos do governo federal: a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O site traz notícias, vídeos, fotos e estudos ligados a esses temas, além de informações sobre o programa responsável pela criação do portal.

Cadastre-se aqui ou envie um email com assunto “Quero me cadastrar” para controlesocialpbf@mds.gov.br e receba os Informes Controle Social a cada edição	Avalie aqui este Informe Aproveite para deixar suas dicas e sugestões	Mais Informações Central Bolsa Família 0800 707 2003
--	--	---